

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS À LUZ DA LEI 10.639/03: OUTRAS PEDAGOGIAS POSSÍVEIS

Sâmia Maria Lima dos Santos¹

Luane Diniz dos Santos²

Luceny de Sousa Silva³

Alan Barbosa de Sales⁴

Orientador Ms: Francinaldo Silva Dias⁵

RESUMO: A Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história africana e afro brasileira na rede de ensino representa um marco, em nossa sociedade, na luta por uma educação que promova a equidade social através da formação de uma nova consciência sobre as matrizes étnicas e culturais do Brasil. Vale destacar que, a formação de professores é elemento crucial para a operacionalização da lei supracitada. O presente trabalho tem como escopo a formação de professores em uma perspectiva de educação para as relações étnico raciais à luz da Lei 10.639/03. Partindo da perspectiva de que, é a partir da compreensão e instrumentalização, acerca da referida Lei, que os (as) futuros (a) educadores (as) poderão ser sujeitos de mudança no combate ao racismo e no comprometimento com uma educação positiva das relações étnico raciais. A pesquisa – ação e a pesquisa descritiva foram utilizadas como metodologias para a elaboração do presente artigo. O mesmo objetiva analisar como a formação inicial de professores pode contribuir para o cumprimento da Lei 10.639/03, bem como compreender como as práticas pedagógicas e estratégias metodológicas, voltadas para o cumprimento da Lei 10.639/03, desenvolvidas com os discentes do curso de Matemática da Universidade Regional do Cariri - URCA, unidade descentralizada de Campos Sales, podem contribuir para o desenvolvimento de uma educação positiva das relações étnico-raciais. Assim, a presente pesquisa traz, também, um relato de experiência com práticas pedagógicas no ensino superior no trato com as questões étnico raciais.

Palavras – Chave: Relações étnico raciais; Formação de professores; Lei 10.639/03.

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - CE, samalisantos@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – CE, luanedinizdossantos@gmail.com;

³ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - CE, luceny.sousasilva@hotmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – CE, barbosaalan267@gmail.com;

⁵ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande – PB, difadias@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo a formação de professores em uma perspectiva de educação para as relações étnico raciais à luz da Lei 10.639/03. Partindo da perspectiva de que, é a partir da compreensão e instrumentalização, acerca da referida Lei, que os (as) futuros (a) educadores (as) poderão ser sujeitos de mudança no combate ao racismo e no comprometimento com uma educação positiva das relações étnico raciais. Para tanto, se faz necessário uma formação de professores que tome como ponto de partida o exercício da prática reflexiva para o entendimento da atividade docente como uma prática social, resgatando o seu significado político.

Nessa perspectiva, este estudo também é fruto das experiências vivenciadas, enquanto docente do ensino superior, no decorrer da disciplina de Didática da Matemática, ministrada no curso de Matemática da Universidade Regional do Cariri – URCA. Momento em que foi possível percebermos que se faz necessário uma formação de professores que assumam posturas reflexivas sobre a sua própria prática encontrando elementos para melhorá-la, a partir da compreensão de que a atividade de ensino está intimamente relacionada às questões que envolvem as desigualdades sociais, culturais e econômicas, que transcendem a sala de aula e é onde se inserem as questões raciais.

A formação docente se constitui como um processo de resistência, que não é estático e que tenta acompanhar a complexidade da sociedade, na defesa ao direito à própria formação, em detrimento a uma política que prega que professores precisam de “notórios saberes”, omitindo a necessidade latente de que docentes necessitam é de uma formação que esteja em consonância com as demandas sociais.

Assim, cabe também versarmos sobre a relevância da formação em pesquisa na instrumentalização dos docentes para o trabalho com a diversidade, em especial a que envolve as questões raciais. Para Freire (1996, p.29) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer e comunicar a novidade.”

Logo, a universidade deve compreender a escola como um espaço privilegiado para a formação em pesquisa do futuro professor, possibilitando que este possa fazer uso da pesquisa como um instrumento que possibilita a reflexão sobre a prática, tomando consciência da mesma e transformando-a, pois, “as transformações das práticas docentes só se efetivam na

medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática” (PIMENTA, 2000).

Pensar a escola como espaço privilegiado para a construção de uma prática docente reflexiva, transformadora e contextualizada com as demandas sociais é compreender a necessidade de ressignificação do processo educativo, bem como da atividade docente. Pois, a instituição escolar, como espaço constituído e constituinte de cultura, é também território permeado de relações de forças que se estruturam ideologicamente tendo como sustentáculo uma cultura educacional eurocêntrica, que historicamente nega as contribuições da cultura africana e afro brasileira acentuando, assim, o racismo e a discriminação racial no ambiente escolar e fora dele.

Daí a enorme dificuldade da escola em trabalhar com a diferença em prol de uma educação para a equidade, em especial uma educação positiva para as relações raciais. Assim, situada em uma sociedade racista, a escola, por vezes, se coloca como veículo que propaga, de forma explícita ou velada, e mantém o “status quo” discriminador da sociedade vigente.

O racismo atinge, de forma direta a população negra, negando, inclusive, as grandes contribuições, na cultura, economia e política. Esse processo nega a construção de uma identidade racial positiva. Logo, “o negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco” (MUNANGA, 2005).

Nesse sentido, as motivações que nos levaram a realizar este artigo se originam das experiências vivenciadas enquanto professora da Educação Básica, em uma turma do terceiro ano do Ensino Fundamental, e enquanto docente do Ensino superior, na disciplina de Didática, no curso de Matemática da Universidade Regional do Cariri- URCA, na Unidade Descentralizada situada na cidade de Campos Sales – CE, lugar de fala desse trabalho.

Foi no cotidiano da sala de aula da Educação Básica que nos chamou atenção os discursos produzidos pelos próprios alunos, tanto no decorrer das aulas como nos intervalos das mesmas, imbuídos de preconceitos e discriminação racial contra as crianças negras e de cabelos crespos, ou que fugissem da aparência de lisos. Também nos chamou atenção o silêncio que jazia, por parte dos próprios professores e da gestão pedagógica, em torno das situações de racismo presentes no cotidiano escolar. As discussões sobre tais situações se restringiam as datas comemorativas, como, por exemplo, o dia 20 de Novembro.

Outra motivação, que vale ser ressaltada, foram as minhas experiências enquanto mãe de uma filha negra. O fato de a minha filha sofrer discriminação racial, me sensibilizou o olhar para o racismo que estrutura a sociedade e suas diversas instituições. Embora compreenda que as situações traumáticas de exposição ao preconceito e a discriminação racial

afetem, eu e a minha filha de forma diferente, é com pesar que trago na memória falas racistas, a saber, “oi mulher, cadê a neguinha?”, “mas sua filha não é negra, ela é morena”, dentre outras que me fizeram refletir acerca da necessidade de discussões voltadas para uma educação antirracista. Visto que, a historiografia cearense sustentou por muito tempo a máxima de que no Ceará não se tinham negros e por isso “a sociedade cearense conduz um clima de grandes restrições às pessoas negras, além de conter forte “linchamento psicológico” e relações cotidianas bastante agressivas e violentas contra o negro” (Cunha Jr., 2011, p.175).

Foi a partir dessas motivações, advindas das minhas experiências maternas e profissionais, e da compreensão de que a tarefa da escola e da Universidade não deve ser apenas de padronizar conteúdos, mas é, também, lidar com todos os marcadores sociais das diferenças, a saber, gênero, raça, etnia, sexualidade, dentre outros, que me senti instigada em ressignificar a minha prática docente enquanto professora universitária, possibilitando, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas, instigar os discentes a uma reflexão acerca da relevância da Lei 10.639/03 para a efetivação de uma educação positiva das relações étnico-raciais.

Vale ressaltar que, a Lei 10.639, sancionada no ano de 2003, impõe a compulsoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro brasileira no intuito de combater o racismo na escola e, por conseguinte, na sociedade.

Assim, utilizando a universidade como palco de resistência ao racismo e a discriminação racial, buscamos contribuir com a operacionalização da Lei, já supracitada, fazendo da formação inicial um espaço privilegiado para a instrumentalização dos futuros professores no trato com a educação étnico-racial.

Assim, a partir da minha vivência profissional enquanto professora da educação básica e do ensino superior, é perceptível a ausência de formação de professores para o desenvolvimento de práticas e estratégias metodológicas relacionadas a implantação da lei 10.639/03, o que justifica a realização do presente estudo. Sempre partindo da perspectiva de que a formação pedagógica dos professores será sempre “uma autointerrogação porque as possibilidades nunca se esgotam. O professor nunca estará acabado, nunca dominará plenamente seu percurso. E por isso a formação nos coloca em confronto com nós mesmos, com o possível humano existente em nós” (VALADARES in PIMENTA; GHEDIN, 2012).

Assim, esperamos que este estudo contribua para com as análises críticas sobre a importância de uma formação docente voltada para a educação das relações étnico-raciais, na perspectiva da Lei 10.639/03. No decorrer do mesmo buscamos analisar como a formação inicial de professores pode contribuir para o cumprimento da Lei 10.639/03.

Objetivamos ainda compreender como as práticas pedagógicas e estratégias metodológicas, voltadas para o cumprimento da Lei 10.639/03, desenvolvidas com os discentes do curso de Matemática da Universidade Regional do Cariri-URCA, unidade descentralizada de Campos Sales, podem contribuir para o desenvolvimento de uma educação positiva das relações étnico-raciais, bem como relatar sucintamente e de forma analítica a minha experiência com práticas pedagógicas no ensino superior no trato com as questões étnico raciais.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo optamos por desenvolver uma pesquisa de cunho descritivo e analítico. Para tanto, nos pautamos nas afirmações de Gil (2008) para quem, as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Para Vergara (2004, p.47) a pesquisa descritiva é aquela “que expõe características de determinada população ou determinado fenômeno (...) não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Do ponto de vista metodológico, em consonância com os objetivos a serem atingidos, pretendemos desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (LAKATOS, 1999, p. 269).

A opção pela abordagem qualitativa, de cunho exploratório como fundamento da investigação realizada se deu por acreditarmos que, tratando-se de sujeitos, logo, qualificamos os dados obtidos. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa-ação que é “um tipo de pesquisa social” com base empírica que é “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo” e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005).

No decorrer do trabalho construímos um referencial teórico pautado em autores renomados tais como Pimenta (2000), Ferreiro (2002), Lopes (2005), Munanga (2005), Freire (1996) entre outros de igual renome que trazem contribuições significativas para a reflexão da temática em estudo.

Além dos estudos bibliográficos realizados, para a construção do referencial teórico, outro instrumento metodológico, por nós utilizado, foi o relato de experiência direta com

práticas pedagógicas voltadas para o trato das questões étnico – raciais. Para que assim possamos fazer um cotejamento entre a prática e a teoria possibilitando identificar e analisar os desafios e as possibilidades dessas práticas pedagógicas na sala de aula.

Partindo da perspectiva de que a formação inicial pode contribuir significativamente para a instrumentalização dos futuros docentes no que preceitua a Lei 10.639/03, desenvolvemos algumas práticas pedagógicas voltadas para as questões étnico raciais no decorrer da disciplina de Didática, no segundo semestre do curso de Matemática, visando despertar nos discentes do curso o sentimento de pertencimento étnico e de autoidentificação racial. As práticas pedagógicas foram desenvolvidas no decorrer da disciplina de Didática da Matemática no ano de 2019.

Dentre as práticas pedagógicas desenvolvidas, destacamos, no presente trabalho, aquela em que utilizamos o jogo africano Mancala como ferramenta didática que pode contribuir para o trabalho com as questões raciais. Sendo assim, o relato de experiência seguirá a orientação do materialismo histórico-dialético, pois entendermos que “a dialética também insiste na relação dinâmica entre o sujeito e objeto no processo de conhecimento” (CHIZZOTI, 2000, p.80).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96 - representa um marco na educação brasileira, pois traz a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afrodescendente no currículo da educação. A referida Lei, também, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Após quinze anos da implementação da Lei 10.639/03, a mesma ainda não é efetivamente cumprida nas escolas brasileiras, em função de um sistema educacional enraizado de intolerâncias e discriminações e que se desenvolve em “doses homeopáticas”. A dificuldade de uma implementação efetiva, também, se encontra no campo da formação de professores (as). Muitos desses profissionais, imbuídos de preconceitos e intolerâncias enraizados em seu imaginário, desconhecem a importância da lei, já citada, como um instrumento de combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação racial. Assim, é fundamental uma formação de professores que reconheçam a importância do seu papel

enquanto um agente de mudança que pode contribuir para desconstruir a naturalização daquilo que não é natural, a saber, o racismo e a discriminação racial:

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. Forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem. (LOPES, 2005, pg. 187).

A Lei 10.639/03 não só objetiva a adaptação dos currículos escolares, como, também, evidencia a necessidade de processos formativos em que seja possível a discussão que contemple a necessidade de uma educação voltada para as relações étnico raciais e que dê visibilidade a história e a cultura dos africanos e de seus descendentes, que foi historicamente ocultada:

A formação de professores que não tiveram em sua base de formação a História da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui no problema crucial das novas leis que implementaram o ensino da disciplina nas escolas. E isso não é simplesmente por causa da falta de conhecimento teórico, mas, principalmente, porque o estudo dessa temática implica no enfrentamento e derrubada do mito da democracia racial que paira sobre o imaginário da grande maioria dos professores (MUNANGA, 2005).

Vale ressaltar que, uma educação na perspectiva das relações étnico raciais requer uma formação de docentes que compreendam a importância da sua participação consciente, na luta e combate ao racismo, ao preconceito e as discriminações, em sua esfera de atuação. Para tanto, é fundamental processos formativos que possibilitem ao profissional docente a reflexão sobre sua própria prática.

A reflexão sobre a prática de ensino, bem como acerca das relações entre saberes escolares, diversidade étnico- racial e realidade social, contribui para a construção de uma práxis docente transformadora. Assim, concordamos com Lima (2003) que, a práxis enquanto um processo dialético se constitui em um movimento de “ação-reflexão-ação refletida”, para tanto a articulação entre teoria e prática é essencial, por meio dessa relação é que o professor assume uma postura crítica frente à atividade docente, transformando-a. Dessa forma, é necessário que os processos de reflexão desenvolvidos pelos professores, no decorrer do seu

fazer docente, se constituam na perspectiva de se extrapolar questões e problemas imediatos da sala de aula, pois compreender o ato de ensinar e suas relações com o contexto social mais amplo é pré-requisito no trato com as questões raciais (FERREIRA, 2007).

A Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história africana e afro brasileira na rede de ensino representa um marco, em nossa sociedade, na luta por uma educação que promova a equidade social através da formação de uma nova consciência sobre as matrizes étnicas e culturais do Brasil (FERREIRA, 2007). Vale destacar que, a formação de professores é elemento crucial para a operacionalização da lei supracitada. Após 15 anos ainda são muitos os desafios para a efetiva implementação da referida lei no ambiente escolar, principalmente no que diz respeito ao acesso dos professores a uma formação que contribua para a implementação da lei, a que nos referimos, nas suas práticas educativas.

É na tentativa de desconstruir esse processo histórico, de exclusão que nega à população negra o conhecimento de sua história e de suas contribuições, que se faz necessário uma formação docente que contribua para a desconstrução dessa cultura eurocêntrica e que desenvolva práticas educativas que favoreçam a construção de uma identidade positiva do aluno afrodescendente.

Pensando a partir dessa perspectiva, ainda são muitos os desafios para a efetivação de uma educação positiva das relações étnico-raciais. Entre os desafios podemos citar a falta de uma formação inicial e continuada que possibilite aos docentes em exercício da profissão e aos futuros docentes a reflexão sobre a necessidade de processos educativos que deem visibilidade a história e a cultura afrodescendente e a compreensão de que a Lei 10.639/03 se constitui como um importante instrumental para subsidiar novas práticas educativas comprometidas com uma educação das relações étnico raciais.

Para tanto, é crucial uma formação docente que tome como ponto de partida a prática reflexiva, enquanto prática social e que só pode ser realizada em coletivos, o que leva á necessidade de transformar as escolas e as universidades em comunidades de aprendizagem, para que os professores e os futuros professores se apoiem e estimulem mutuamente (ZEICHNER, apud PIMENTA; GHEDIN, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabendo que uma sólida formação inicial é fundamental para a construção da práxis docente transformadora, buscamos desenvolver no decorrer da disciplina de Didática, no

curso de Matemática, práticas pedagógicas que contribuíssem para a instrumentalização e a reflexão dos futuros professores no trato com a Lei 10.639/03.

Nesse sentido, utilizamos o jogo Mancala como ferramenta didática na construção de uma educação positiva das relações étnico/raciais. Para tanto, desenvolvemos algumas práticas pedagógicas visando despertar nos alunos do segundo semestre, do curso de Matemática, o sentimento de pertencimento étnico, de autoidentificação racial, bem como contribuir com a instrumentalização dos mesmos na operacionalização da Lei 10.639/03.

Partindo da perspectiva de que é possível desenvolver práticas pedagógicas de forma lúdica e prazerosa, buscamos fornecer aos futuros professores ferramentas didáticas e pedagógicas que fomentam uma educação positiva das relações étnico raciais.

Dentre as práticas desenvolvidas no decorrer da disciplina de Didática podemos destacar: aulas expositivas e dialógicas acerca da Lei 10.639/03, oficina pedagógica para produção do jogo Mancala, práticas pedagógicas desenvolvidas pelos alunos nas escolas de Educação Básica da cidade de Campos Sales- CE, objetivando utilizar o jogo, já citado, como recurso lúdico que possibilita a associação da Etnomatemática e as questões étnico raciais. Outra prática pedagógica desenvolvida foi a socialização, por parte dos discentes, das experiências vivenciadas nas escolas de Educação Básica, na qual os discentes produziram junto com alunos da Educação Básica o jogo Mancala e realizaram uma reflexão sobre as origens desse jogo.

Vale ressaltar que o jogo Mancala é um jogo de tabuleiro, que busca trabalhar o raciocínio lógico, é um dos jogos mais antigos do mundo e segundo Zaslavsky (2000), a mancala é mais difundida no continente africano, do que em qualquer outro continente. As regras do jogo citado estão associadas ao ato de mover.

Durante a oficina desenvolvida na disciplina de Didática foi perceptível a relação prazerosa entre os futuros professores e o jogo Mancala, os mesmos interagiram positivamente com o jogo, evidenciando assim as possibilidades de associar de forma lúdica as questões étnico raciais e a Etnomatemática.

Após a oficina desenvolvida na disciplina de Didática, os discentes do segundo semestre do curso de Matemática visitaram algumas salas de aula da Educação Básica, oportunizando aos alunos dessa etapa de ensino uma aprendizagem lúdica e prazerosa, utilizando o jogo Mancala como recurso para a promoção de uma educação positiva das relações étnico raciais.

As atividades desenvolvidas culminaram em uma socialização, ocorrida no último dia da disciplina ministrada, momento no qual os discentes relataram as suas experiências

vivenciadas na sala de aula e com a utilização do jogo Mancala de forma positiva. É importante destacar que as intervenções realizadas pelos futuros professores nas salas de aula da Educação Básica,

Não é um simples direcionamento por parte do pesquisador/a, mas sim momento de propiciar ferramentas de aprendizagens produzindo novos conceitos acerca de um tema gerador dado, e socializando sua produção de forma criativa, mediante linguagens corporais e/ou escritas diferenciadas, conforme a inspiração na tradição oral africana. A intervenção passa a ser considerada enquanto construção coletiva do conhecimento em que trocam saberes e formas de pensamento, inclusive juntando as pessoas dos grupos alvo que produzem e trocam conhecimento com os/as investigadores/as oficiais. (SILVA e PETIT, 2011, p. 95).

Por fim, as atividades realizadas contribuíram significativamente para o processo de autoidentificação racial dos alunos envolvidos. Os mesmos passaram a se perceberem como sujeitos que ocupam um lugar importante na história da sociedade, lugar este que há muito vem sendo silenciado, mas que com muita resistência vem ocupando a sua posição de direito que foi brutalmente ofuscada. Assim, é fundamental trabalhar as questões étnico-raciais desde a formação inicial, a fim de levar os futuros professores a perceberem o seu lugar de fala e a refletirem acerca da sua responsabilidade para com o cumprimento da Lei 10.639/03, visto que de acordo com Freire (2014, p. 53),

[...] O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.

Vale dizer que o processo de autoidentificação racial bem como o combate ao racismo, são questões que ainda são pouco debatidas nos cursos de formações de professores. Nesta perspectiva, se faz necessário que os cursos de formação inicial e continuada se voltem para a questão do combate a discriminação racial. Que se efetive de fato uma formação teórico/prática que despertem no futuro professor o sentimento de pertencimento à cultura africana ofertando a estes “[...] contribuições pedagógicas e filosóficas da matriz africana para a prática educacional” (PETIT, 2015, p.151).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecermos as nossas considerações finais vale enfatizar que, a formação inicial é espaço privilegiado para a instrumentalização dos futuros professores no que se refere à Lei 10.639/03. Assim, uma educação positiva das relações étnico raciais requer a atuação de professores que tenham uma sólida formação teórico/prática e que sejam conscientes do seu compromisso político.

As práticas pedagógicas, voltadas para as questões raciais, desenvolvidas pelos futuros professores nas escolas de Educação básica, da cidade de Campos Sales, contribuíram significativamente não só para a efetivação da Lei já citada, mas também para com o processo de politização do futuro professor.

A base teórica, acerca da referida Lei, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas do ensino regular, permitiram ao futuro professor a compreensão do seu papel enquanto agente de transformação social, em defesa de uma educação positiva das relações étnico raciais.

Dessa forma, pensar em uma educação antirracista é compreender o importante papel que o professor exerce na formação de um aluno empenhado em contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade justa e que se insira ativamente nas lutas sociais contra a discriminação racial.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL. **DCN's para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CUNHA Jr. Henrique. **Olhando pela janela e vendo as arvores africanas: As relações Brasil-África: Continuidades e permanências da África no mundo atlântico**. In.: PETIT, Sandra Haydée; SILVA, Geranilde Costa e (orgs.). **Memórias de Baobá**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: Nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva**. Revista ACOALFA Apld: Acolhendo a alfabetização nos países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Col Leitura).

- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia qualitativa e quantitativa**. In: Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. **A Hora da Prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente**. 3ª Ed. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha: 2003.
- LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação** In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na Escola. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.187.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei 10.639/03**. Fortaleza: Ed. UECE, 2015.
- PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.
- PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro (Orgs): **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2012.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa –Ação**. São Paulo. Cortez, 2005.
- ZASLAVSKY, C. **Jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro: diversão multicultural para idades de 8 a 12 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.